

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estudo põe em xeque 'euforia' com arrecadação 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo confia na Câmara 5

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO URBANO
SEGURIDADE SOCIAL

Por que fazer um planejamento previdenciário (Artigo) 7

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas registram superávit de R\$ 12,9 bilhões 8

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ENSINO
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão aprova cartão vacinação 9

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS dificultará melhor benefício com base em única contribuição 10

MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo em 2022 poderá subir para R\$ 1.200 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Presidentes do G20 aprovam criação de imposto global 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Em 2024, cúpula será no Brasil 14

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação e desemprego fazem salários caírem, aponta CNC 15

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Preâmbulo - APOSENTADOS 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Teto de gastos e gambiarra fiscal (Artigo) 19

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Chega ao fim o Bolsa Família 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contas infladas por desajustes 22

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO BRASIL
ECONOMIA

Presidente da Petrobras diz que sofre para informar alta de preços 23

Segunda-Feira, 1 de Novembro de 2021

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA

Presidente afirma que a Petrobras é um problema..... 24

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO
ECONOMIA

Brasil sentirá impactos econômicos da pandemia até 2050..... 25

Estudo põe em xeque 'euforia' com arrecadação

ADRIANA FERNANDES

Não há motivo para acreditar que a arrecadação do governo vai manter a atual dinâmica de forte crescimento, indica estudo elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), que alerta para a necessidade de prudência do Congresso com medidas de aumento permanente de despesas e de corte de receitas.

Os economistas da IFI, órgão do Senado Federal com autonomia para analisar as contas públicas, se debruçaram sobre esse tema num momento em que o aumento nominal da arrecadação, puxado principalmente pela disparada da **inflação**, tem sido alardeado como justificativa para a redução da carga tributária - como ocorreu no debate sobre o projeto de reforma do Imposto de Renda.

Para a IFI, porém, essa mesma **inflação** vai provocar elevação mais forte dos juros, com impacto direto no **PIB** do País.

O órgão do Senado calculou a resposta de longo prazo da receita pública a uma variação de 1% do **PIB**, fenômeno que no jargão econômico é chamado de "elasticidade".

Hoje, a velocidade de curto prazo do crescimento da arrecadação está em 1,5% para cada 1% do **PIB**. Ou seja, se a atividade econômica cresce 1%, a arrecadação do governo aumenta num ritmo maior, de 1,5%.

Nos próximos anos, a IFI, no entanto, estima uma "elasticidade" bem menor, com a receita crescendo de forma mais moderada, caindo de 1,5% para 0,9% a cada 1% de variação do **PIB**. Os dados consideraram dois cenários: quando o crescimento econômico é inferior ao seu potencial e quando a economia está sobreaquecida, operando acima dele.

"Olhando para esse crescimento acelerado de agora, a mensagem é de que não podemos criar novas despesas permanentes achando que esse desempenho da receita vai perdurar", diz Alessandro Casalecch, um dos autores do trabalho.

Segundo ele, a receita vai voltar a crescer de forma mais moderada, o que exige que novas despesas

tenham contrapartidas sólidas do lado das receitas. "O risco é passar a acreditar que a receita vai começar a crescer aceleradamente e tratar o cenário conjuntural como se fosse estrutural", ressalta.

'PRESSÃO ARTERIAL'. Casalecch comparou o trabalho feito pela IFI, com uso de modelos estatísticos, à medição da pressão arterial que é usada para avaliar as condições de saúde de uma pessoa. "Não é ideal medir a pressão sanguínea logo em seguida de uma atividade física. Tem de monitorar na atividade física, em repouso e diversas outras ocasiões para tirar uma média", diz.

Foi o que fez a IFI ao analisar a resposta da arrecadação num prazo mais longo. "Tem de diferenciar os movimentos de curto prazo e os de longo prazo", diz Rafael Bacciottii, que também trabalhou no estudo, que será publicado hoje e foi antecipado ao Estadão.

Essas diferenças acontecem por conta das diversas características do sistema tributário e da economia. Os diferentes setores da economia - agricultura, indústria e serviços - estão sujeitos a cargas tributárias diferentes.

Bacciottii conta que a IFI aperfeiçoou a sua metodologia utilizando previsões com horizontes mais longos. A proposta do estudo é qualificar o debate sobre a recuperação da arrecadação neste momento pós-recessão, depois do tombo provocado pelos efeitos da pandemia da covid-19. Os estudos mostram que é preciso um superávit de 1% do **PIB** para conseguir estabilizar o crescimento atual da dívida pública.

'EUFORIA'. No Congresso e também no governo, há uma espécie de "euforia" com o incremento forte da arrecadação e os recordes batidos pela **Receita Federal** (veja mais abaixo). O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, tem citado esse desempenho favorável como base para bancar a redução da arrecadação do IR com o projeto aprovado pela Câmara e ainda em tramitação no Senado.

"A melhora fiscal recente é ilusória. No seu DNA, está ali claramente identificada a **inflação** acelerada. Não é movimento duradouro. Os juros já voltaram a subir, e muito, com aumento da relação dívida e **PIB** entre

agosto e setembro", diz Felipe Salto, diretor-executivo da IFI, para quem a arrecadação alta ilude.

Resposta da arrecadação

- No curto prazo Com a economia operando acima do potencial de crescimento: arrecadação tende a avançar 1,51%; Se crescer abaixo do potencial: alta de 1,17% - No longo prazo Economia rodando acima do crescimento potencial: aumento de 0,98%; Economia abaixo do potencial: 0,92% - Estimativa Para 2021, a IFI estima uma receita do governo federal de R\$ 1,824 trilhão, o que vai representar uma variação de 24%

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo confia na Câmara

» **Luiz Carlos Azedo**

A PEC dos Precatórios deve ser votada nesta semana, segundo o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). A expectativa do Palácio do Planalto é de que seja aprovada sem muitas dificuldades. "Os líderes da base estão mobilizando suas bancadas. Na quarta-feira, nos reuniremos para uma avaliação. Acredito que teremos quorum e votos para aprovação da PEC", prevê Barros. A discussão da emenda constitucional foi encerrada na quinta-feira. O texto é polêmico, descontentou economistas de todas as tendências, inclusive do próprio Ministério da Economia, mas está sendo apoiado pelo ministro Paulo Guedes.

Para que uma PEC seja aprovada na Câmara, são necessários 308 votos a favor, de um total de 513 deputados. Difícilmente a PEC será votada com menos de 450 deputados em Brasília. De acordo com o texto do substitutivo aprovado na Comissão Especial, haverá um limite para o pagamento dos precatórios, que são as dívidas judiciais do governo. O parcelamento dos precatórios de grande valor ocorrerá até 2029; porém, os de até 60 salários mínimos (hoje R\$ 66 mil) serão pagos à vista. O limite das despesas com precatórios valerá até o fim do regime de teto de gastos, previsto para 2036). Para o próximo ano, o limite será o valor pago em 2016 (R\$ 19,6 bilhões) corrigido pelo IPCA acumulado do período, um total estimado em quase R\$ 40 bilhões.

O governo defende a aprovação da PEC dos Precatórios com o argumento de que a medida abrirá espaço fiscal para viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil. "A PEC é fundamental para abrirmos espaço fiscal para a implantação do novo programa destinado a socorrer a população vulnerável. Nós estamos falando do Auxílio Brasil, estamos falando de milhões de brasileiros que continuarão a ter o apoio do governo", disse Barros. Na sexta-feira passada, o Bolsa Família foi pago pela última vez, depois de 18 anos de sucesso.

Auxílio Emergencial

Criado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para substituir o Fome Zero, o Bolsa Família foi a grande marca dos governos petistas. Por essa razão, está sendo extinto pelo presidente Jair Bolsonaro, que ainda não tem uma marca social para seu governo. O auxílio emergencial de R\$ 600 concedido durante a pandemia, que havia alavancado sua popularidade,

acabou. Com a **inflação** e a pandemia, sua popularidade despencou. O novo programa está sendo lançado com claros objetivos eleitorais, tanto que sua existência está prevista apenas até o final de 2022. A oposição critica o calote do governo junto aos credores judiciais e também a extinção do Bolsa Família. Por isso, há grande possibilidade de a emenda, depois de aprovada, ser "judicializada".

A PEC dos Precatórios também muda o cálculo do teto de gastos, o que permitirá que o governo gaste mais R\$ 91,6 bilhões em 2022 acima do atual Teto de Gastos. Segundo a Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, o parcelamento de precatórios (dívidas do governo reconhecidas pela Justiça em caráter definitivo) abrirá uma brecha para R\$ 44,2 bilhões fora do teto de gastos no próximo ano. Com a mudança do cálculo do teto (que era feito de junho a junho e passará a ser calculado de janeiro a dezembro), a PEC aumentará o déficit fiscal em mais R\$ 47 bilhões, sendo R\$ 45 bilhões para o Executivo e R\$ 2 bilhões para os demais Poderes.

Com a nova regra, o governo também terá uma "folga fiscal" de R\$ 38,5 bilhões em novembro e dezembro deste ano, mas o próprio texto da PEC limita o aumento para R\$ 15 bilhões. De acordo com o secretário de Orçamento Federal do Ministério da Economia, Ariosto Culau, esses R\$ 15 bilhões poderão ser usados apenas para ampliar a vacinação contra a covid-19, ou em ações emergenciais e temporárias de caráter socioeconômico.

Déficit primário

O que une o Palácio do Planalto e o Centrão na aprovação da PEC dos Precatórios é o novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, estimado em R\$ 400. Segundo Ricardo Barros, esse valor será mantido. O novo secretário especial do Tesouro, Esteves Colnago, estima que o impacto do gasto adicional da PEC em outros parâmetros das contas públicas, como fundo partidário e emendas de relator, em R\$ 91,6 bilhões, que elevarão o déficit primário e a dívida pública no próximo ano.

Com a PEC dos Precatórios, as despesas primárias do Governo Central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) saltarão de 17,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e serviços produzidos) para 18,4% em 2022. O déficit primário - resultado negativo nas contas do governo sem os juros da dívida pública - passará de 0,5% para 1,4%

do **PIB**. Os impactos no Orçamento em 2021 já estão calculados: os R\$ 15 bilhões liberados do teto de gastos elevarão os gastos primários de 19% para 19,2% do **PIB**. A projeção de déficit primário subirá de 1,6% para 1,8% do **PIB** neste ano.

Por que fazer um planejamento previdenciário (Artigo)

DRA. PRISCILA REBANDA (*) (*) É advogada, especialista em Direito Previdenciário e Direito Previdenciário Internacional Brasil - Portugal e Nacionalidade Portuguesa

Primeiro argumento para convencer você a fazer um planejamento previdenciário é o tempo. Quanto mais tempo você tiver até a sua aposentadoria, maior será a margem para adequar o valor que pretende receber futuramente, tendo como base o seu histórico de trabalho. Ou seja, receber o melhor valor do benefício no menor prazo possível de contribuição. A maioria das pessoas não se mantém numa mesma categoria profissional durante toda a vida. Muitos começam como estagiários, MEIs, depois trabalham com carteira assinada, por exemplo, e o natural é que o valor do salário também evolua. Portanto, é extremamente importante procurar a ajuda de um advogado que oriente qual é a melhor forma de garantir uma aposentadoria confortável durante as nuances na sua trajetória profissional. Ele vai mostrar qual é o valor ideal que você pode contribuir para que fique confortável no seu orçamento mensal e que renda mais frutos no futuro se for o caso, ou ainda o melhor momento para sua aposentadoria.

Um erro comum é as pessoas pagarem o teto quando já estão na reta final para se aposentar ou um valor maior durante um determinado tempo de período, que muitas vezes não faz tanta diferença na hora da aposentadoria, não existe "receita de bolo" cada pessoa possui um histórico profissional diferente e deve ser analisado de forma individualizada.

Outro caso é procurar a ajuda de um profissional na última hora, limitando a margem de possibilidades de ajustes. Muitas vezes mexer no valor de contribuição nos três anos anteriores à aposentadoria, por exemplo, não altera no valor final do benefício, como muita gente ainda pensa.

Muitas mulheres se enquadram na regra de transição e acabam por trabalhar um ano a mais por não saberem que podem entrar com o pedido de aposentadoria com 61 anos e não com 62 anos como determina a nova regra. Além de adiarem por um ano sua aposentadoria, esse tempo adicional pode não alterar o valor do benefício.

Somente no ano passado, o Instituto Nacional do

Seguro Social (**INSS**) notificou 325 mil segurados por identificar alguma pendência em requerimentos. Para evitar essas questões, o advogado especializado pode ajudar a levantar todo o seu histórico de contribuição pelo Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), com dados todos os seus vínculos empregatícios a partir de 1976, os recolhimentos como contribuinte individual a partir de 1979 e o valor das remunerações mensais a partir de 1990 e mapear a situação. Além disso, os períodos não constantes no CNIS são provados por documentos contemporâneos como a Carteira de Trabalho, microficha de empregados, ações trabalhistas, holerites, estratos de FGTS etc.

Outro fator importante para planejar com antecedência a sua aposentadoria é ter em mente que ao longo do tempo, o **INSS** "vai mudando a regras do jogo" para conseguir manter o sistema previdenciário em equilíbrio. Com a Emenda Constitucional nº 103 publicada no Diário Oficial da União, em 13 de novembro de 2019, as regras mudaram e cada passo que você dá na sua vida laborativa possui um reflexo no futuro.

O benefício previdenciário tem a função de substituição da renda quando a pessoa chega em uma idade avançada e para de trabalhar em definitivo. Assim, não ter um olhar atendo para sua previdência é ter preocupações a longo prazo. Dessa forma, não deixe para se planejar na última hora, procure uma ajuda especializada para te orientar quanto a melhor opção para o seu caso concreto.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=118120#page/12>

Contas públicas registram superávit de R\$ 12,9 bilhões

Agência Brasil

As contas públicas registraram saldo positivo em setembro. O Banco Central (BC) informou nessa sexta-feira (29), em Brasília, que o setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou superávit primário de R\$ 12,9 bilhões no mês passado, ante déficit primário de R\$ 64,6 bilhões em agosto de 2020.

Segundo o BC, no acumulado no ano, o setor público consolidado anotou superávit primário de R\$ 14,2 bilhões, ante déficit de R\$ 635,9 bilhões no mesmo período de 2020. Nos últimos 12 meses, o déficit primário do setor público consolidado atingiu R\$ 52,9 bilhões, ficando em 0,63% do Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma de todas as riquezas produzidas no país), uma redução de 0,94 ponto percentual em relação ao déficit acumulado no mês anterior.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$ 55 bilhões no mês, comparativamente a R\$ 38,9 bilhões em setembro de 2020. O BC disse que essa elevação foi influenciada pelos aumentos do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e da taxa Selic no período, e também pelo resultado das operações de swap cambial, que tiveram perdas de R\$ 12,9 bilhões em setembro de 2020 e de R\$ 16,8 bilhões em setembro de 2021.

No acumulado em 12 meses, os juros nominais alcançaram R\$ 351,8 bilhões (4,21% do **PIB**), ante R\$ 335,7 bilhões (4,56% do **PIB**) nos 12 meses terminados em setembro de 2020. Com isso, em setembro de 2021, o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 42 bilhões. No acumulado dos últimos 12 meses, o déficit nominal atingiu R\$ 404,6 bilhões (4,84% do **PIB**), reduzindo-se em relação ao acumulado até agosto: R\$ 466 bilhões (5,62% do **PIB**).

Dívida bruta

O Banco Central informou, também, que a dívida bruta do país, que compreende governo federal, **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e governos estaduais e municipais, ficou em 83% do **PIB**, atingindo R\$ 6,9 trilhões em setembro, um aumento

de 0,3 ponto percentual do **PIB** em relação a agosto.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=118120#page/12>

Comissão aprova cartão vacinação

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados aprovou, na última semana, proposta que torna obrigatória a apresentação da carteira de vacinação do aluno para realizar matrícula nas redes pública e privada de ensino no país. Mas o texto assegura que o aluno frequente às aulas, mesmo que pais ou responsáveis não apresentem o documento no ato da matrícula. Nesse caso, o estabelecimento de ensino fica obrigado a comunicar o fato ao Conselho Tutelar, para que tome as providências necessárias. Hoje, algumas leis estaduais já fazem essa exigência. O texto aprovado será ainda analisado pela Comissão de Constituição e Justiça;e, depois, segue para votação em Plenário.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-4eb7d41ae6005f60fe401e56277ebd4e.pdf

INSS dificultará melhor benefício com base em única contribuição

Rômulo Saraiva FOLHAPRESS

O **INSS** causou polêmica nestes dias ao tornar público, por meio de nota técnica, que iria criar dificuldade em conceder a melhor aposentadoria cuja base de cálculo se concentre em uma única contribuição acima do salário mínimo (hoje em R\$ 1.100).

Na prática, a brecha autoriza que o trabalhador pague por uma contribuição mais elevada e tenha aposentadoria mais rentável. Segundo a nota, a orientação era para "suspender" todos os pedidos com esse fim. Não bastasse a demora enfrentada nas agências, o instituto agora divulga que, propositalmente, irá atrasar.

A celeuma surgiu em razão da própria reforma da Previdência -feita na época com muita afobação pelo Congresso- autorizar esse procedimento. Pela postura demonstrada, a regra não é benquista e possivelmente decorre de má técnica legislativa.

Malfeita ou não, não cabe ao **INSS** deixar de cumprir o que está previsto na Constituição Federal, muito menos atrasar intencionalmente a concessão dos benefícios. Se não gosta, que pressione os políticos para alterarem a novidade criada por eles mesmos.

Como isso dá muito trabalho e gasta tempo, ao que tudo indica, o instituto se valerá de gambiarra jurídica para conter o número de novas aposentadorias com contribuição única. A nota técnica divulgada já é um sinal dessa improvisação, já que esse ato administrativo não deveria ser empecilho ou suspender o que está previsto na Constituição.

Em tese, a mudança da emenda constitucional 103/019 só deveria ocorrer por outra emenda. Mas possivelmente se cogitará desfazê-la via decreto ou medida provisória, o que não seria correto. Enquanto se busca uma solução, existe a possibilidade de atualmente o trabalhador pagar contribuição previdenciária até o valor máximo, a fim de gozar do melhor benefício.

PARA ENTENDER

MANDADODESEGURANÇA

A recusa imotivada e o excesso de prazo dos pedidos de aposentadoria podem ser combatidos via mandado de segurança. O **INSS** tem 60 dias para se manifestar, e, neste caso específico, pode utilizar da demora da fila para justificar o desinteresse administrativo em conceder esse tipo de aposentadoria. Pela má vontade já transparecida, possivelmente essas concessões serão sacramentadas só pelo Judiciário.

Site:

<https://www.diarioonline.com.br/digital/Page?editionId=1915#book/35>

Salário mínimo em 2022 poderá subir para R\$ 1.200

ALEXANDRO MARTELLO E JÉSSICA SANT'ANA

O secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, informou nesta semana que a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deste ano subiu de 8,4% para 9,1%.

O INPC é a base da correção anual do salário mínimo pelo governo. Se esse aumento previsto se confirmar e não houver mudança no cálculo, o reajuste do salário mínimo em 2022 também será maior que o estimado anteriormente.

Atualmente, o salário mínimo está em R\$ 1.100.

Com a nova previsão para o INPC no acumulado de 2021, o valor subiria para R\$ 1.200,1 no ano que vem. Esse valor está R\$ 31,1 acima da última proposta oficial do governo para o salário mínimo em 2022, divulgada em agosto, de R\$ 1.169.

De acordo com informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 50 milhões de pessoas no Brasil, das quais 24 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A Constituição determina que o salário mínimo tem de ser corrigido, ao menos, pela variação do INPC do ano anterior.

Em 2021, porém, o salário mínimo de R\$ 1.100 não repôs a **inflação** do ano passado. A correção aplicada pelo governo foi de 5,26%, mas a **inflação** medida pelo INPC somou 5,45% no ano passado.

Para que não houvesse perda de poder de compra, o valor do salário mínimo deveria ter sido reajustado para R\$ 1.101,95 neste ano.

Em agosto, o então secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, que deixou o cargo recentemente, informou que a compensação dos R\$ 2 devidos pelo governo será feita no fim deste ano - quando for enviada a medida provisória que corrigirá o salário mínimo em 2022.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal->

pdf#pagesjmn/16

Presidentes do G20 aprovam criação de imposto global

Os líderes das 20 maiores economias do mundo aprovaram no último sábado (30) a criação de um imposto global único de 15% para as grandes empresas. A medida pretende reformular as regras internacionais de tributação, com o desestímulo à evasão de recursos para paraísos fiscais. O acordo foi formalizado ontem (31) no **comunicado** final da reunião do G20, que ocorreu em Roma durante o fim de semana. As informações são da Agência Brasil.

A taxação de 15% havia sido aprovada pelos ministros de Finanças do G20 em julho, após 136 países, entre os quais o Brasil, assinarem um acordo mediado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A formalização do documento pelas 20 maiores economias do planeta era esperada na reunião de cúpula na capital italiana.

Pelo acordo, a partir de 2023, todos os países tributarão os lucros internacionais das empresas em pelo menos 15%. Os países que continuarem a aplicar **impostos** mais baixos serão retaliados. Segundo a OCDE, cerca de US\$ 150 bilhões devem ser arrecadados por ano em todo o planeta de empresas que promovem a evasão fiscal e deixam de investir e gerar empregos.

Atualmente, multinacionais que apuram grandes lucros em áreas como licenciamento de marcas e propriedade intelectual transferem os recursos para subsidiárias em paraísos fiscais, onde pagam pouco ou nenhum imposto. Cada país terá de ratificar individualmente o novo acordo.

RESISTÊNCIA

Originalmente, o governo do presidente norte-americano, Joe Biden, defendia a fixação de uma alíquota global de 21%. Após a resistência de alguns países industrializados que cobram **impostos** em torno de 10%, os países concordaram em instituir o imposto global em 15%.

Apesar de não conseguir adotar a alíquota planejada, Biden comemorou a medida. "Aqui no G20, os líderes que representam 80% do **PIB** [Produto Interno Bruto] do planeta - aliados e concorrentes do mesmo lado - tornaram claro o apoio para um imposto mínimo global forte", postou o presidente norte-americano na rede social Twitter. O primeiro-ministro italiano Mario

Draghi, que ocupa a presidência rotativa do G20, classificou a medida como um acordo histórico para um sistema tributário mais justo e equitativo.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40>

Em 2024, cúpula será no Brasil

Em 2024 será a vez de o Brasil receber a cúpula do G20. O anúncio já havia sido realizado no fim da edição de 2020, na Arábia Saudita, mas foi confirmado ontem, no último dia do evento, em Roma, na Itália. A cidade brasileira a ser sede do evento ainda não foi divulgada.

Esta será a terceira vez em que uma reunião do grupo será realizada na América Latina. Em 2012, o evento aconteceu na cidade de San José del Cabo, no México; em 2018, a reunião foi realizada em Buenos Aires, na Argentina. A edição de 2022 será realizada na Indonésia; e a de 2023, na Índia.

O Grupo dos 20 foi criado em 1999 como resposta às crises financeiras daquela década, concebido inicialmente como um fórum de diálogo econômico entre ministros de finanças e presidentes de bancos centrais. Após a crise financeira global de 2008, chefes de Estado e outros ministros passaram a participar dos encontros.

A composição permanente é feita por: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia. Os países representam 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**) global, 75% das exportações, cerca de 70% dos investimentos diretos estrangeiros e 60% da população mundial. (FS)

Inflação e desemprego fazem salários caírem, aponta CNC

ELISA VAZ DA REDAÇÃO

A alta taxa de desemprego e a disparada da **inflação**, resultados da crise econômica provocada pela pandemia da covid-19 no Brasil, tiveram impacto direto na remuneração dos trabalhadores formais e informais. Um levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), com base nos dados do Caged, do Ministério da Economia, mostra que, das 100 ocupações com o maior número de empregados com carteira assinada, que correspondem a 72% do estoque total de postos de trabalho formais no Brasil, 59 têm remuneração de no máximo dois salários mínimos, ou R\$ 2.200; e uma das profissões que mais empregam, operador de telemarketing, tem o valor de contratação mais baixo do mercado: R\$ 1.144,96.

O Ministério da Economia aponta que o salário médio real de admissão no País no mercado formal foi de R\$ 1.792,07 em agosto - o menor valor dos últimos 12 meses. Descontada a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o valor representa uma queda de R\$ 25 em relação a julho (R\$ 1.817) e de R\$ 113 na comparação com agosto do ano passado (R\$ 1.905). Os especialistas afirmam que, com a disparada da **inflação** e o número ainda elevado de desempregados disputando uma vaga, os salários oferecidos estão cada vez mais baixos.

Na avaliação do administrador de empresas e contador Rogério Moura, este é um comportamento de mercado que reflete a chamada "lei da oferta e da demanda". Um dos impactos da pandemia da covid-19 na economia, segundo ele, foi o alto índice de fechamento de empresas, que, por conta da crise, não conseguiram manter as portas abertas. Com isso, muitos trabalhadores perderam seus empregos e ficaram sem renda, e agora há um excesso de pessoas desempregadas em busca de remuneração.

"O mercado tem uma demanda muito grande de trabalhadores desempregados, enquanto a oferta de empregos acaba sendo reduzida porque as empresas ainda estão se recuperando do cenário da pandemia. O fato, então, é que tenho muitos desempregados e pouca oferta de trabalho - automaticamente, caímos na lei da oferta e da demanda, ou procura. Se tem muita gente procurando emprego, eu, enquanto empresa, estabeleço o valor que quero pagar para

contratar aquele empregado. E aí hoje as empresas conseguem contratar uma pessoa que antes ganhava R\$ 4 mil e acaba se sujeitando a outro cargo porque quer ficar empregada e suprir os seus gastos básicos", explica o administrador.

Para Rogério Moura, esse desequilíbrio afeta, principalmente, o poder de compra do trabalhador, que fica menor já que a **inflação** aumenta, mas os salários não acompanham o reajuste. O especialista lembra que, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo ideal para o trabalhador brasileiro seria na casa dos R\$ 5 mil, mas a pesquisa que a maioria fica perto dos R\$ 2 mil, o que representa um déficit de R\$ 3 mil. Com isso, ele diz que as pessoas precisam buscar outra fonte de renda para suprir suas necessidades e podem até ficar inadimplentes, outro problema da economia.

"É uma bola de neve, que faz com que o próprio país fique em uma situação complicada, porque vários trabalhadores estão ganhando um salário baixo, não pagam suas despesas, viram devedores, isso prejudica também as empresas, que estão deixando de receber e ficam, elas mesmas, inadimplentes, perdem trabalhadores porque não têm arrecadação para pagar os salários e esses trabalhadores ficam sem emprego. Ou seja, é uma cadeia sucessória que se cria quando não há poder aquisitivo no mercado", enfatiza Rogério.

TRANSFORMAÇÃO

Transformar este cenário, no entanto, não depende apenas de as empresas aumentarem os salários pagos aos trabalhadores. Isso porque elas próprias têm muitos gastos para manter um funcionário contratado, segundo o especialista. Ele diz que, no modelo em vigor hoje no Brasil, uma organização gasta, em média, o dobro do salário de um funcionário. Além da remuneração paga ao colaborador, ainda há outras despesas com o Fisco Federal, explica.

"É desumano para as empresas, para o empregador e para o empregado. Se hoje um empregador contrata uma pessoa com um salário mínimo, gasta o dobro do valor, com contribuição patronal e outros recolhimentos de **tributos**, sem contar os direitos trabalhistas como Fundo de Garantia de Tempo de

Serviço (FGTS), décimo terceiro salário, gratificações, férias e outros, tudo isso é computado para que esse trabalhador possa ser mantido na empresa. Mas a culpa também não é do trabalhador, é do modelo que temos no Brasil. Se essas arrecadações feitas em cima da folha de pagamento ficassem todos com o trabalhador seria positivo, porque iria incrementar valores no mercado e fazer com que o poder aquisitivo do empregado crescesse, isso geraria um incremento na economia.", opina Rogério Moura

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40>

Preâmbulo - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Transcrevemos o preâmbulo da "Constituição Cidadã", a fim de que os nossos representantes nas Casas Legislativas, lembrem-se, sempre, desse compromisso: "Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL".

PL-4434/2008 Aposentados e pensionistas, prejudicados de forma perversa com a redução dos seus proventos, desde 1991, contando já três décadas, com influência negativa na qualidade de vida desse contingente de cidadãos e cidadãs brasileiros, inegavelmente, trabalhadores e cumpridores de seus deveres e obrigações para com o Estado, não apelam mais, exigem dos seus representantes na Câmara Federal, deputados federais, a apreciação, votação e aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008. Entendem não ser possível que assunto tão relevante seja procrastinado há 13 anos, considerando-se que já foi aprovado no Senado Federal e na Comissão de **Seguridade Social** e Família, registre-se: por unanimidade.

RECONHECIMENTO

Convém e é oportuno lembrar aos deputados federais, que a reivindicação que fazem os aposentados e pensionistas, pertinente à atualização e regularização dos seus proventos, inicialmente, foi apresentada através do Projeto de Lei nº58/2003. Com este número foi aprovado no Senado Federal e quando remetido à Câmara Federal recebeu o nº4434/2008. Verificase, portanto, que está em trâmite nas duas Casas Legislativas há 18 (dezoito) anos. Os reivindicantes não querem nada além do que lhes é de direito e que lhes retiraram, sem levar em consideração o prejuízo causado. A reparação é um ato de consciência e reconhecimento.

PROTESTO

O protesto será permanente enquanto as autoridades que comandam a gestão de **Seguridade Social** permanecem utilizando os recursos financeiros a ela destinados os recursos financeiros a ela destinados, para cobrir despesas de outros programas do governo. Aposentados e pensionistas participantes e contribuintes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), não se conformam com esse procedimento que consideram irregular e um malfeito a ser corrigido, pois, além da sangria dos recursos, prejudica o desempenho das atribuições definidas na Constituição da República Federativa do Brasil, pertinentes à saúde, a assistência social e **previdência social**. Correção já!

TRANSPARÊNCIA

A sociedade pelos **impostos** pagos e que disponibiliza ao governo para, em troca, recebê-los em serviços essenciais, deveria saber, com plena transferência, a aplicação desses recursos financeiros. Assim ficaria sabendo, conhecendo, como foram gastos os valores recolhidos aos cofres municipais, estaduais e federais. Não havendo, por parte dos governantes essa informação, fica a dúvida da utilização correta, o que impede de se prestar uma colaboração efetiva, permitindo aos gestores uma administração realística e em consonância com os anseios daqueles que serão beneficiados pela ação apropriada e em contrapartida ao que disponibilizaram em termos financeiros.

IMUNIZAÇÃO

A imunização contra o covid-19 é imperativa. Todos, sem exceção, têm que tomar a vacina, não importando a origem, desde que recomendada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O coronavírus continua fazendo vítimas e o pior, levando a óbito. Ultrapassamos os seiscentos mil que foram atacados por esse terrível mal. Não podemos facilitar e ficar alheios ao que está acontecendo, com vidas ceifadas prematuramente. Não aceite informações que não sejam dos profissionais da área de saúde e que estão de pleno acordo com a área científica. Não vacile, vacine-se!

VITÓRIA

"Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer" (Mahatma Gandhi)

Site:

[https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp
?serviceCode=login#page/40](https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40)

Teto de gastos e gambiarra fiscal (Artigo)

Sebastião Ventura Pereira da Paixão

Após a tragédia do governo Dilma - que culminou na pior recessão da história brasileira, desaguando no processo de impeachment -, foi aprovada a Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016, visando restabelecer a confiança na sustentabilidade das contas públicas e, ato contínuo, reverter a trajetória explosiva da dívida federal. Foi, então, instituído o "Novo Regime Fiscal", fixando-se, regra geral, um teto de gastos às despesas primárias, autorizada correção monetária pela variação do IPCA. Em reforço à responsabilidade fiscal, a Emenda Constitucional 109, de 2021, inseriu o artigo 164-A na Lei Maior da República, determinando que "a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis".

Como se vê, para evitar a tentação perdulária de governos passageiros, o legislador constitucional resolveu blindar as contas públicas frente a ímpetos eleitorais ou meramente eleitoreiros que, pelo lucro das urnas, são capazes de sandices fiscais tresloucadas. Todavia, o trágico advento da pandemia de COVID-19 forçou o governo federal a dispendere recursos absolutamente extraordinários, vindo a amparar os demais entes federados, os necessitados em situação de pobreza e o setor empresarial, duramente impactado pelos efeitos negativos da bomba viral.

Em recente palestra comemorativa aos 60 anos da Escola Brasileira de Economia e Finanças -FGV, o competente ex-secretário Bruno Funchal fez esclarecedora exposição, realçando a importância do teto de gastos nos efetivos esforços governamentais para o devido ajuste da trajetória fiscal. Sobre o ponto, apesar do impressionante gasto público gerado pela COVID-19, as reformas estruturais realizadas, em compasso com a aceleração da economia, poderão, se mantidas, conter a evolução da dívida bruta em patamares similares à pré-pandemia, contrapondo projeções indicativas à superação da fronteira dos 90%/**PIB**.

Nesse contexto, as margens positivas geradas pela reforma da Previdência, a suspensão temporal de majorações remuneratórias (LC 173/2020), a resolução do passivo da Lei Kandir (LC 176/2020) e a instituição do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (LC 178/2021) são avanços institucionais relevantes que não podem ficar à mercê

de retrocessos populistas de ocasião. Frisa-se que não se trata de contrariedade ou desprezo a políticas públicas de combate à pobreza e auxílio aos carentes; tais pautas e ações concretas são fundamentais em países de alta desigualdade, como o Brasil. No entanto, o mérito da defesa da responsabilidade fiscal é outro: busca apenas evitar que a medida social de hoje se transforme em mais miséria amanhã. Não há lanche grátis e, salvadores da pátria, cedo ou tarde, custam caro à Nação.

A questão que se coloca, portanto, é como bem equilibrar as contas públicas em razão do robusto esforço orçamentário ocasionado pela pandemia. O ajuste, aqui, não é fácil e abre espaço para importante discussão democrática sobre a qualidade do gasto público, misallocation e insustentáveis subsídios de empreitada. Ou seja, os desafios do presente oportunizam inadiável e sério debate político-democrático sobre uma série de cooptações orçamentárias, despidas de espírito público soberano. Incompreensivelmente, o governo, ao invés de enfrentar temas sensíveis, parece buscar a saída mágica da flexibilização do teto de gastos, criando uma gambiarra, com tintas de salvo-conduto, a pedaladas fiscais.

Ora, a manobra é perigosa e pode não terminar bem. Aliás, já começam a surgir murmúrios legislativos para o trem da alegria de repasses bilionários a fundos eleitorais e festivas emendas parlamentares. Aqui chegando, a memória me fez lembrar de meu querido amigo e mestre Paulo Brossard - que no último dia 23 estaria a completar 97 anos; em discurso histórico no Senado da República, ao analisar os descaminhos do governo de então, o notável homem público gaúcho firmou em letras lapidárias: "A segurança é filha da lei; a quebra da legalidade é mãe da insegurança". E não existe nada mais danoso ao império da lei do que determinados voluntarismos de poder.

Enquanto a conta não chega, seguimos nós no redemoinho da **inflação** ascendente, câmbio nas alturas e juros oficiais no batente. Será que vai mais?

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Chega ao fim o Bolsa Família

Após 18 anos, o Bolsa Família será encerrado a partir de hoje.

O calendário da última parcela do programa terminou na última nesta sexta-feira. Agora entra em cena o Auxílio Brasil, criado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O presidente tentou, desde o primeiro ano de mandato, lançar um substituto para o Bolsa Família. Na avaliação de assessores do presidente, o programa que acabou no dia 29 de outubro era relacionado aos governos petistas. Por isso, o Palácio do Planalto se empenhou em tirar do papel mudanças no formato da transferência de renda para a população mais carente e, com isso, trocar o nome do principal programa social federal.

O Auxílio Brasil foi criado por medida provisória (MP) editada em 10 de agosto. O texto já previa que o programa entraria em vigor após 90 dias. Para não perder a validade, uma MP precisa do aval do Congresso em 120 dias. Mas, durante esse período, já tem força de lei.

Mesmo sem a aprovação do Congresso, a MP, portanto, tem o poder de revogar o Bolsa Família e dar início ao novo programa social.

Calendário De acordo com o Ministério da Cidadania, o Auxílio Brasil começará a ser pago em 17 de novembro. O calendário seguirá as datas usuais do Bolsa Família, que divide os depósitos ao longo de 10 dias de acordo com o cadastro dos beneficiários.

Além do modelo de pagamento, o Auxílio Brasil também segue o mesmo padrão de inscrição que o Bolsa Família. A pessoa precisa fazer parte do Cadastro Único (que reúne os dados de beneficiários de programas sociais).

As bases do Auxílio Brasil seguem o formato do Bolsa Família.

Quem já está no programa criado na gestão do PT será automaticamente transferido para a versão de Bolsonaro. Famílias que já estavam na fila de espera do Bolsa Família devem ser incluídas no Auxílio Brasil.

O novo programa mantém as premissas do antecessor ao atender famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal de até R\$ 89 por pessoa, segundo o padrão atual do governo) e pobreza (entre R\$ 89 e R\$ 178). Essas faixas, que não são corrigidas desde

2018, devem subir para R\$ 93 e R\$ 186, respectivamente.

O reajuste, porém, não compensa a **inflação** do período.

Quanto maior esses limites, mais pessoas podem se cadastrar.

O programa de Bolsonaro altera a forma de calcular o benefício de cada família. Ao todo, serão nove tipos de benefícios que, ao final da conta, serão reunidos no valor a ser recebido. Técnicos do governo afirmam que houve avanço nessa mudança de categorias de benefícios que compõem o valor final, que passa a ser mais ligado à composição familiar. No entanto, a principal diferença entre o Auxílio Brasil e o Bolsa Família é a intenção do governo de ampliar a verba para o programa.

Mais recursos De olho nas eleições de 2022, Bolsonaro foi aconselhado por aliados a destinar mais recursos para essa área. A popularidade dele subiu no auge do auxílio emergencial, mas agora segue em queda - mesmo com o aumento do orçamento do Auxílio Brasil, o novo programa ainda estará longe de alcançar a cobertura de famílias carentes que o auxílio emergencial teve.

SAIBA MAIS

» Enquanto o governo enfrenta dificuldades para aprovar a PEC dos precatórios, medida necessária para viabilizar o pagamento de R\$ 400 do Auxílio Brasil até o final de 2022, o Ministério da Cidadania informou que o reajuste linear (ou seja, sem contar parcelas majoradas temporariamente) do programa social em relação ao Bolsa Família será de 17,84%.

O aumento é inferior aos 20% prometidos pelo governo ao anunciar o programa, no último dia 20.

» A PEC em discussão no Congresso prorroga o prazo de pagamento de dívidas da União já transitadas em julgado e muda regras do teto de gastos, o que deve abrir espaço de R\$ 91,6 bilhões no Orçamento de 2022, segundo estima o Ministério da Economia.

14,7 milhões de famílias

O plano do governo é colocar um orçamento de aproximadamente R\$ 85 bilhões para o Auxílio Brasil em 2022. Nos últimos anos, a verba do Bolsa Família

ficou perto de R\$ 35 bilhões. Mas, para conseguir essa expansão dos recursos na área social, o governo precisa aprovar projetos no Congresso, além da MP que cria o Auxílio Brasil.

Na semana passada, o Palácio do Planalto sofreu um revés ao ver um dos pilares dessa estratégia não ser votado no plenário da Câmara - é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Precatórios.

Essa PEC permitirá que os gastos do governo sejam ampliados por meio de duas medidas. Uma delas é um drible no teto de gastos, com o objetivo de elevar o limite de despesas federais. A outra é a criação de um valor máximo a ser pago em precatórios, que são dívidas da União já reconhecidas pela Justiça - o que estiver acima desse valor máximo deve ser pago em outros anos.

A ampliação do orçamento do Auxílio Brasil deve viabilizar o plano do governo de elevar o benefício médio das famílias. Hoje, o Bolsa Família paga, em média, cerca de R\$ 190. Bolsonaro quer pagar, no mínimo, R\$ 400 até dezembro de 2022.

Além disso, o governo quer que 17 milhões de famílias estejam no Auxílio Brasil. Hoje, o Bolsa Família atende a 14,7 milhões, mas já há pelo menos 1,2 milhão na fila de espera.

O programa é reconhecido por ter tirado esse contingente de brasileiros da miséria absoluta.

A PEC deve ser votada nesta semana na Câmara. O ministro da Cidadania, João Roma, disse na última quinta-feira que, para pagar os R\$ 400 do Auxílio Brasil a partir de dezembro, é preciso que a PEC seja aprovada pelas duas Casas do Congresso até a segunda semana de novembro.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-1e00996d70a49ff85e8269693709c490.pdf

Contas infladas por desajustes

Inflação, juros e dólar são as principais pistas para entender a evolução das contas públicas neste ano. De janeiro a setembro o governo central arrecadou R\$ 1,37 trilhão. Houve aumento nominal de 35,3% sobre o resultado de um ano antes e ganho real, descontada a **inflação** ao consumidor, de 25,9%. Ao apresentar seu balanço, autoridades federais costumam atribuir a ampliação da receita ao crescimento econômico, mas a história real é mais complicada e menos brilhante.

Parte da melhora, como se explica nos documentos oficiais, decorre da valorização do dólar e do restabelecimento de **tributos** suspensos ou diferidos em 2020. Além disso, foram eliminados ou reduzidos gastos extraordinários - como o auxílio emergencial aos pobres - adotados como resposta aos efeitos da pandemia. O acentuado aumento de preços, no atacado e no varejo, ampliou, enfim, a base dos valores tributados. O efeito foi maior do que aquele provocado apenas pela variação dos preços ao consumidor.

O crescimento econômico é, portanto, apenas um dos fatores explicativos do aumento da receita e da redução do déficit primário do poder central.

Esse déficit ficou em R\$ 82,49 bilhões de janeiro a setembro. O buraco havia chegado a R\$ 677,45 bilhões nos meses correspondentes do ano passado, segundo o balanço do Tesouro Nacional. O saldo primário corresponde a receitas menos despesas sem a conta de juros da dívida pública.

Pelo critério do Banco Central (BC), o déficit primário do governo central passou de R\$ 677 bilhões naquele período de 2020 para R\$ 82,38 bilhões um ano depois. Os cálculos, nesse caso, são baseados nas necessidades de financiamento do setor público. Somando-se os governos de Estados e municípios e as companhias estatais, chega-se a um resultado primário positivo, um superávit de R\$ 14,17 bilhões em nove meses. No mesmo período, a conta de juros devidos pelo conjunto atingiu R\$ 291,96 bilhões, com aumento de 15,58% em relação ao valor de um ano antes.

Entre 2019 e 2020, no entanto, a conta de juros havia diminuído 11,11%, principalmente por causa da redução da taxa básica pelo BC. Houve em seguida uma inversão de tendência. A causa mais importante foi o encarecimento do crédito como resposta da autoridade monetária à **inflação** crescente.

Com a inclusão dos juros, o saldo geral do setor público - indicado nos documentos oficiais como resultado "nominal" - foi um déficit de R\$ 277,79 bilhões entre janeiro e setembro deste ano.

Em 12 meses atingiu R\$ 404,65 bilhões, soma equivalente a 4,84% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A dívida do governo geral, isto é, dos níveis federal, estadual e municipal, alcançou R\$ 6,94 trilhões, 83% do **PIB**. Essa relação é pouco superior a 60% no conjunto dos países emergentes e de renda média.

Novidade: o Sumário Executivo das contas do Tesouro saiu sem a tradicional defesa da disciplina fiscal e do respeito ao teto de gastos. Com o ministro da Economia ajudando o presidente a arrebentar o teto, aquela pregação talvez tenha se tornado inconveniente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente da Petrobras diz que sofre para informar alta de preços

Agência Brasil

JOAQUIM SILVA E LUNA

O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, disse, nessa sexta-feira (29), que ele e sua equipe sofrem quando precisam informar alta de preços de derivados do petróleo. Segundo ele, a estatal busca atuar dentro das leis que a orientam, e os ajustes são impactados pela pandemia de covid-19 em todo o mundo. No Brasil, há também influência da crise hídrica.

"Sofremos quando temos que informar a situação de ter que aumentar o preço de um combustível ou outro. E só fazemos isso no limite da necessidade para evitar desabastecimentos", afirmou. De janeiro a setembro deste ano, os preços de revenda dos combustíveis no país registraram aumentos de 28% no diesel, 32% na gasolina e 27% no GLP (gás de cozinha), segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep).

"O petróleo tem seu preço determinado pelo mercado global. A Petrobras não controla esse preço", disse Luna. Segundo o presidente da estatal, existe grande desconhecimento da sociedade sobre o que a Petrobras pode e não pode fazer. "É lógico que somos sensíveis a tudo, particularmente com relação às famílias mais carentes. Recentemente, como exemplo, criamos um programa no valor de R\$ 300 milhões para doação de botijão de gás para atender famílias em condição de vulnerabilidade social, o que demonstra que não estamos insensíveis".

As variações nos preços dos combustíveis afetam valores de produtos e serviços em geral. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) fechou o mês de outubro com alta de 1,2%, puxado principalmente pelo custo da energia elétrica e dos combustíveis. No acumulado do ano, a **inflação** registra alta 8,30% e deve chegar a dois dígitos até dezembro.

Desde 2016, a Petrobras adota a chamada Política de Preços de Paridade de Importação (PPI), que vincula o preço do petróleo ao mercado internacional tendo como referência o preço do barril tipo brent, que é calculado em dólar. O diretor de comercialização e logística da estatal, Cláudio Mastella, afirma ser

preciso acompanhar o patamar dos preços internacionais para não gerar risco de afetar o fornecimento de produtos no mercado. Ainda assim, ele revelou que o ritmo dos ajustes é modulado pela estatal.

Congelamento do ICMS sobre combustíveis

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou, por unanimidade, o congelamento do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado nas vendas de combustíveis por 90 dias. A decisão foi tomada pelo colegiado em sua 339ª Reunião Extraordinária, realizada nessa sexta-feira (29), em Brasília. A medida tem por objetivo colaborar com a manutenção dos preços nos valores vigentes em 1º de novembro de 2021 até 31 de janeiro de 2022.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=logIn&edicao=118120#page/12>

Presidente afirma que a Petrobras é um problema

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Um dia após a Petrobras perder R\$ 23 bilhões em valor de mercado por medo de ingerência política do governo, o presidente Jair Bolsonaro afirmou neste sábado, durante a cúpula do G20, em Roma, que a estatal "é um problema". A declaração foi feita em uma conversa informal com o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, que citou os grandes recursos petrolíferos do Brasil.

"A Petrobras é um problema, mas estamos quebrando monopólios, com reação muito grande. Há pouco tempo, era uma empresa de um partido político. Mudamos isso", disse Bolsonaro a Erdogan, por meio de um intérprete. A gravação do diálogo foi divulgada pelo jornalista Jamil Chade, do UOL.

Em meio à dificuldade de conter a alta dos combustíveis, que afeta a popularidade do governo, o presidente e o ministro da Economia, Paulo Guedes, têm feito uma série de ataques à Petrobras nas últimas semanas. Em transmissão ao vivo nas redes sociais na última quinta-feira, o chefe do Executivo chegou a afirmar que a estatal deveria dar menos lucro, o que fez as ações da empresa tombarem na Bolsa de Valores. Bolsonaro ainda disse a Erdogan que a economia brasileira está se recuperando da crise da covid-19.

"Economia voltando bem forte. A mídia, como sempre, atacando. Estamos resistindo bem. Não é fácil ser chefe de Estado em qualquer lugar do mundo", afirmou, sem citar a disparada da **inflação**. A escalada de preços levou o Banco Central a subir a taxa básica de juros do País, a Selic, em 1,5 ponto percentual, a 7,75%, no maior aumento desde 2002. O presidente brasileiro também disse ao colega turco ter um apoio popular muito grande.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40>

Brasil sentirá impactos econômicos da pandemia até 2050

Agência Brasil

Os impactos sociais e emocionais da pandemia de covid-19 são amplamente conhecidos, divulgados e podem ser sentidos mais corriqueiramente. Mas qual a repercussão na economia das milhares de vidas perdidas? Pesquisadores da Rede Clima integraram dados epidemiológicos a um modelo econômico e identificaram que os impactos econômicos das mortes na pandemia no Brasil poderão ser observados até 2050.

"Uma pessoa que faleceu aos 50 anos teria pelo menos mais 25 anos, provavelmente, de idade econômica ativa, mais um período de aposentadoria. Toda essa renda futura foi perdida" aponta o coordenador do grupo, Edson Domingues, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nesse sentido, ele acrescenta que também há perdas em domicílios com morte de aposentados. "No Brasil, há vários grupos familiares que dependem dessa renda"

Na modelagem econômica utilizada, o total de mortes causadas pela covid-19 foram determinantes para entender os efeitos sobre a economia. Quando o modelo foi rodado, o Brasil tinha cerca de 400 mil mortes. Hoje, o total ultrapassa 607 mil. Foram utilizados ainda dados sobre rendimento médio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). A análise envolveu ainda parâmetros médios de expectativa de vida, por região e grupos etários.

Em 2050, segundo as projeções da pesquisa, os impactos mais expressivos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) no longo prazo poderão ser percebidos no Amazonas (-1,38%) e no Acre (-1,35%). Em seguida estão Rondônia (-1,2%) e Roraima (-1,1%). Por outro lado, alguns estados conseguirão se recuperar mais rapidamente no longo prazo: Pará (0,34%), Tocantins (0,28%), Piauí (0,14%), Maranhão (0,12%), Minas Gerais (0,09%) e Espírito Santo (0,03%).

"A pandemia teve impacto, obviamente, de curto prazo, com o fechamento do comércio, da indústria, de serviços, a perda dos deslocamentos, perdeu-se produção e emprego nos anos de 2020 e 2021. Isso é notório. Mas esse impacto de longo prazo, das fatalidades, é uma coisa pouco falada e muito pouco estudada", explica o professor da UFMG.

Ele destaca que a análise permite entender que, se mortes tivessem sido evitadas, os impactos econômicos de longo prazo seriam reduzidos.

Domingues aponta ações que poderiam amenizar os efeitos econômicos a longo prazo.

"Diversos infectologista já mostraram que se você tivesse uma coordenação efetiva, a nível federal, das políticas de restrição à atividade econômica de combate à pandemia, por exemplo, distribuição de máscaras, apoio aos estados na área hospitalar, um enfrentamento mais efetivo e coordenado nacionalmente das políticas de combate à pandemia teríamos menos mortes e menor impacto de longo prazo" analisa o pesquisador.

Os pesquisadores se preparam para rodar novamente o modelo econômico, considerando o maior volume de mortes que, hoje, ultrapassam 607 mil. "É quase 50% a mais do que a gente estimou de fatalidades. Esse impacto em longo prazo vai ser efetivamente bastante maior" aponta Domingues.

Ele destaca que também será feita a análise por unidade da Federação. "Tivemos estados muito mais impactados do que outros, então a gente espera que esses números revelem uma figura mais adequada do longo prazo."

Os trabalhos da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) foram coordenados por pesquisadores da UFMG e da Universidade de São Paulo (USP) e foram financiados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

A Agência Brasil solicitou posicionamento do Ministério da Saúde, mas não houve retorno até a publicação da reportagem.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20211101>